ANO JUBILAR: IDEAL DE IGUALDADE E GARANTIA DE CIDADANIA

Maria Laura Gorgulho

O Ano 2000 já bate à nossa porta, e todo o povo se movimenta para saudar a entrada do terceiro milênio ou quiçá a entrada de um "Ano Jubilar" para a humanidade atual, com todo o seu significado.

Donde vem esse conceito "Jubileu" ou "Ano Jubilar?" Qual seu significado para Israel? Foi ele algum dia observado por esse povo, ou apenas representa naquela cultura um símbolo de um desejo que sempre o homem guardou em seu coração? São perguntas pertinentes que procuraremos responder nestas páginas.

No Antigo Testamento não são muitas as passagens que falam do Ano Jubilar, também chamado Jubileu. Ele corresponde ao sétimo Ano Sabático. O Ano Sabático é o último ano de uma seqüência de seis anos e está intimamente ligado à Santidade do Tempo, ao descanso da terra, à libertação dos escravos, à liberdade e tranqüilidade do israelita, e suas causas e conseqüências. Compreende-se por Santidade do Tempo o cumprimento do dever do homem de oferecer ao Bom Deus, não só uma pequena parcela do tempo que Ele lhe concedeu para viver, mas de santificá-lo com a vida que nele se consome.

Aqui trataremos apenas de alguns aspectos dessa instituição como: origem do nome, os textos que tratam do assunto, o porquê da criação de um Ano Sabático e de um Ano Jubilar na sociedade Israelita, seu enfoque antropológico e teológico. Para tanto abordaremos a questão em três momentos significativos para o povo de Deus e que nos ajudarão a conhecer o que a Bíblia diz sobre o assunto*: A Santidade do Tempo, o Ano Sabático* e *o Ano Jubilar ou Jubileu.* Depois dessas considerações poderemos chegar a uma conclusão e apreciar a extensão e sentido dessa utopia israelita.

1. Santidade do Tempo

Se ainda aceitamos as tradições que formaram o Pentateuco, até que a questão se defina melhor, abordamos o Levítico dentro da corrente sacerdotal. Embora não tenha recebido sua forma definitiva senão após o Exílio, ele contém elementos bem antigos. Na sua maior parte é formado pela Lei de Santidade (Lv 17–26), que deve ter existido separada do Pentateuco e foi a ele incorporada em data posterior.

Essa Lei reúne elementos de diversas épocas como o capítulo 18 e outras passagens do tempo do nomadismo, ao lado de outras mais recentes. Contudo a Lei

de Santidade (Lv 17–26) foi compilada no Exílio por redatores sacerdotais e só depois incorporada por eles mesmos ao Pentateuco. Essa Lei é assim chamada devido à fórmula que repete com freqüência: "Sede Santos porque eu Javé sou Santo", ou fórmula semelhante[1]. De fato sua principal característica consiste em exigir do povo a santidade no sentido ético-cultual, que abrange a totalidade da existência do homem centrada na Lei da Pureza, mas em íntima relação com o ciclo das estações que comandam a semeadura e a colheita. Somente pelo contexto geral do livro do Levítico 1–27 deduzimos que a Lei de Santidade pertencente à sua estrutura começa no Cap. 17 e termina no Cap. 26.

À primeira vista, a Lei de Santidade parece não ter uma construção planificada. Deve ter sido formada a partir de várias coleções independentes, justapostas, com grande liberdade do compilador, em vários estágios. Contudo pode-se ver no seu conjunto (Lv 16–26) uma estrutura que parece bem planejada em torno do eixo "Santidade". Nela apenas o cap. 19, com inclusão de determinações legais das mais variadas espécies, e o cap. 20, com as faltas passíveis de pena de morte, parecem destoar desse conjunto, mas podem ser a ele integrados:

Cap. 17: Santidade do culto

Cap. 18–19: Santidade da comunidade e da vida diária

Cap. 20–21: Santidade dos sacerdotes

Cap. 22: Santidade das oferendas e dos sacrifícios

Cap. 23–26 : Santidade do **Tempo:**

Cap. 23–24: Calendário das Festas

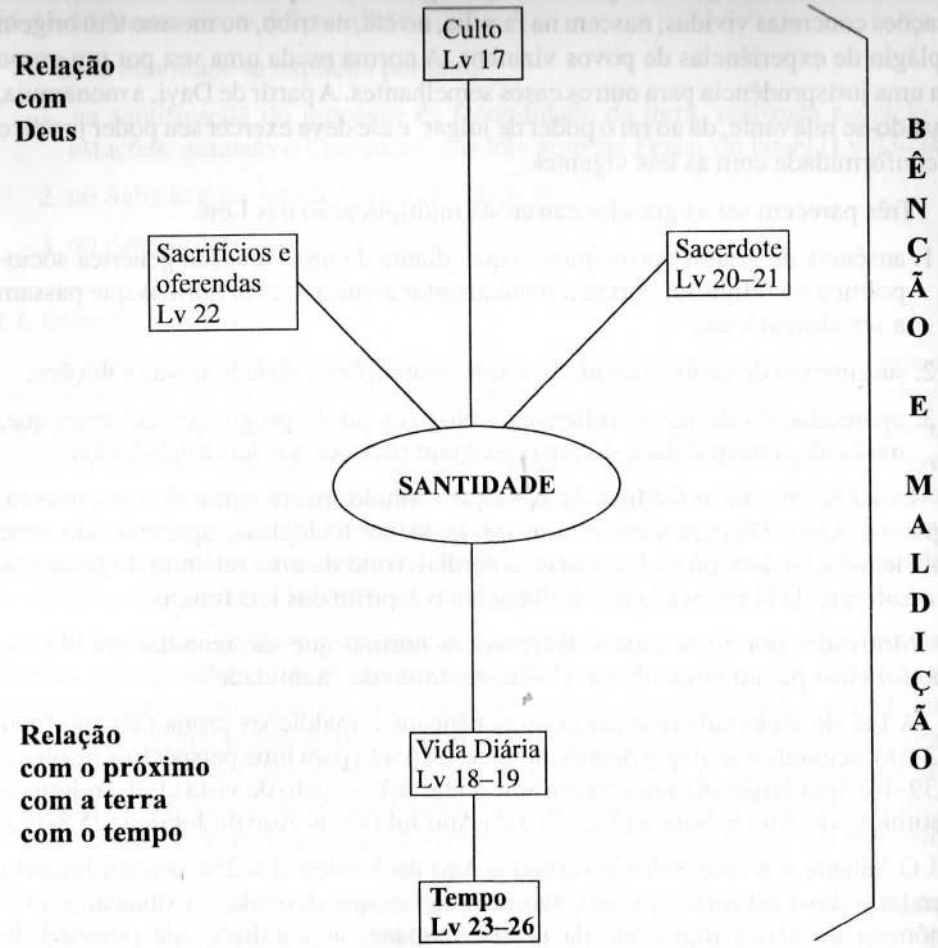
Cap. 25,1-7: O Sábado e o Ano Sabático

Cap. 25,7-17: O Ano do Jubileu

Cap. 26: As promessas Finais de Bênçãos e Maldições.

Essa estrutura da Lei de Santidade pode ser visualizada no esquema seguinte:

1. Cf. Lv 19,2; 20,7.



Nota-se pelo esquema que a Lei de Santidade abrange as duas áreas da existência de Israel – Relação com Deus e Relação com o próximo na totalidade de sua vida humana digna –, em dependência da terra e de sujeição ao tempo.

Apenas o cap. 19, com inclusão de determinações legais das mais variadas espécies, e o cap. 20, com as faltas passíveis de pena de morte, parecem destoar desse conjunto.

A Lei de Santidade é um código jurídico nos moldes do Antigo Oriente. Como tal estabelece o direito que está sob o signo da idéia de pureza cultual e ética, e serve de Lei básica para a vida da comunidade, cuja capacidade política e administrativa

era muito limitada.[2] Sabe-se que as Leis surgem das experiências como fruto de situações concretas vividas; nascem na família, no clã, na tribo, ou mesmo têm origem no plágio de experiências de povos vizinhos. A norma usada uma vez por um grupo gera uma jurisprudência para outros casos semelhantes. A partir de Davi, a monarquia, tornando-se relevante, dá ao rei o poder de julgar[3] e ele deve exercer seu poder jurídico em conformidade com as leis vigentes.

Três parecem ser as grandes causas da multiplicação das Leis:

1. ausência de grandes princípios, o que, diante de uma situação genérica sócio-política ou religiosa, obriga a regulamentar a questão com normas que passam a ser obrigatórias;
2. surgimento de problemas novos e novas situações exigindo novas soluções;
3. aparecimento de novas reflexões teológicas ou de progressos culturais que, mudando a mentalidade do povo, exigiam revisões nas leis estabelecidas.

Israel já possuía o Código da Aliança; contudo, nesse ritmo de crescimento, surgiu o Código Deuteronômico com novas idéias teológicas, apresentando uma ampla legislação de espírito humanista e cordial, fruto de uma releitura do primeiro, sob o enfoque da fé renovada que influenciou o espírito das leis futuras.

Motivadas por essas causas aparecem as normas que são reunidas em blocos, como foi visto para o grupo de Lv 17–26, em torno da "Santidade".

A Lei de Santidade termina com as bênçãos e maldições prometidas no final (26,3-38), segundo a teologia deuteronômica, e aponta para uma perspectiva histórica (26,39-44). Sua originalidade está em apresentar sob o ponto de vista civil e religioso a instituição do Ano Sabático (25,1-7) e do Ano Jubilar ou Ano do Jubileu (25,8-17).

O Sábado e o Ano Sabático como o Ano do Jubileu (Lv 25), precedidos pelo Calendário das Festas (Lv 23–24), são instituições que defendem a situação sócio-econômica do clã, a dignidade da pessoa humana, as condições de propriedade relativas ao uso da terra.

A situação sócio-econômica, num sistema agrícola, está ligada à posse da terra como fonte de sustento da vida e estabilidade social do povo.

A dignidade da pessoa está relacionada à liberdade no gozo de autodeterminação e na supressão do jugo da escravidão e dominação dos poderosos.

O Calendário das Festas (Lv 23–24), precedendo os "Anos Santos" (Ex 23,10-11), marca esse tempo no qual Israel celebra a soberania de Deus sobre a vida, reconhecendo-o como Senhor da terra e providenciador de sua fecundidade, como

2. Cf. SELLIN-FOHRER. *Introdução ao Antigo Testamento*, Vol. I, 181.

3. 1Sm 15,1-4; 1Rs 3,16-28; 2Rs 8,4-6; cf. 2Cr 19,5-11.

Senhor da soberania do ser humano, exigindo a liberdade para todo homem (Lv 25,35-55) como sinete de santidade.

Essa Santidade se explicita portanto:

1. na santificação do processo de fecundidade da terra, realizada no ciclo das estações, gerando o Calendário das três grandes Festas de Israel (Lv 23–24);
2. no Sábado e no Ano Sabático (Lv 25,1-7);
3. no Ano do Jubileu (Lv 25,8-22).

1.1. Calendário das Festas

Toda a vida de Israel, sua história, são penetradas pela religião, porque para esse povo a história é o lugar do encontro com Deus. Sua fé nasce e se desenvolve em contato direto com os acontecimentos da existência e do cosmo. É através deles, ao longo da vida, que Deus se dá a conhecer e revela seu amor, seu perdão, seu interesse pelo homem, seu afã pela justiça, seus desejos e planos para a humanidade. Podemos dizer que o Antigo Testamento é uma busca apaixonada por Deus. É uma luta do homem para penetrar no mistério do Senhor que, presente e em plena atividade do homem no meio do mundo, quer ser encontrado, conhecido e amado.

Assim a Lei de Santidade, quanto à santidade do tempo – além das festas de família, que consagravam as etapas da vida do indivíduo; além das festas da vida pública como a coroação do rei, suas vitórias, calamidades nacionais[4]; e além de festas ignoradas[5] – institui as festas da vida rural, onde os fenômenos da agricultura se tornam fortes comunicadores da revelação divina. Israel reconhece assim a proteção de Javé e a celebra em três grandes momentos festivos que passam a fazer parte do seu *Calendário Religioso*. Todas elas são festas relacionadas com a terra e o processo de sua fecundidade. Celebrando-as em comunidade, o povo reconhece a ação de Javé através da fecundidade da terra e de seus frutos, e no culto proclama sua ação de graças, completando assim o diálogo entre o Criador e sua criatura. Diálogo este que é para Israel um "Serviço a Deus"[6]. As formas exteriores desse "serviço" – os ritos do culto – podem ser semelhantes às formas e ritos de outras religiões, podem mesmo ser plagiadas de outros povos. Mas o importante é que o sentido que elas receberam de Israel é comandado pela sua relação de fé com Javé, visto como o Deus único[7] e pessoal, o Deus criador, o Deus da Aliança agente da história.

Assim as três grandes festas agrícolas que, mesmo celebrando um acontecimento profano, se revestem de caráter religioso, tornam-se a celebração das maravilhas do

4. Zc 7,1s; 8,19; Jl 1-2.

5. Cf. Os 4,15; Am 4,4-5; Gn 35,1-6.

6. Ex 3,12; 9,1.13.

7. Ex 20,3; Dt 5,7; 6,13.

Prov. do Paraná e Sta Catarina
BIBLIOTECA CENTRAL
FREIS CAPUCHINHOS

Senhor. Maravilha presa à semente que no seio da terra germina, brota e se torna fruto que na mesa do povo é vida, alegria e ação de graças. Não se sabe como se celebravam essas festas, contudo os quatro calendários das diversas tradições as citam com grandes semelhanças e algumas diferenças:

Ex 23,14-33: Calendário Eloísta do Código da Aliança;

Ex 34,18-23: Calendário Javista do Código da Aliança;

Dt 16,1-17: Calendário do Código Deuteronomista;

Lv 23,1-44: Calendário da Lei de Santidade;

Essas três grandes Festas são:

– Festa dos Ázimos e da Páscoa;

– Festa das Semanas;

– Festa das Tendas ou dos Tabernáculos.

O sentido e a finalidade destas três festas são os mesmos nos quatro calendários, embora apresentem algumas diferenças em cada um deles[8].

1.1.1. Festa dos Ázimos e Páscoa

Na realidade são duas Festas.

Pães Ázimos (*massôt*) e Páscoa (*pesah*) estão extremamente unidas em Dt 6,1-8. Foi segundo este ritual que Josias celebrou a Páscoa conforme 2Rs 23,21-23, onde não se fala de Ázimos. Essa celebração é bem desenvolvida em 2Cr 35,1-18, que comenta no v. 18: "Nenhuma páscoa como esta tinha sido celebrada desde a época de Samuel". A novidade anunciada, embora o texto repita o uso do artigo, se encontra:

– na ligação da Páscoa com Ázimos;

– na obrigação de celebrar a Páscoa só em Jerusalém, o que se entende pela Lei da unificação dos santuários em Sião, segundo prescrição deuteronômica[9].

Em favor da realização das duas festas juntas utiliza-se Js 5,10-12: "Israel celebrou a Páscoa no dia 14 do mês, à tarde. No dia seguinte à Páscoa, comeram... pão ázimo com espigas grelhadas... Então o maná cessou de cair". É uma tradição de Guilgal onde a Páscoa e *massôt* comemoram a saída do Egito e a entrada em Canaã. Contudo o caráter e a origem das duas festas são diferentes. Muitas etiologias são apresentadas para explicar a Festa de Páscoa[10]. A mais aprovada parece ser a que considera a Páscoa como rito de pastores. É um sacrifício de nômades, sem sacerdote

8. Cf. DE VAUX, Robert. *Les Institutions de l'Ancien Testament*, II. Paris, du Cerf, 1967, p. 89-92; 382; 407.

9. Cf. 2Rs 23,22; 2Cr 35,18.

10. Cf. DE VAUX, *o.c.*, p. 389.

nem altar; onde o importante é o rito do sangue. O sacrifício do cordeiro de um ano, sem mancha, acontece na primavera para pedir as bênçãos da fecundidade abundante para o rebanho. O sangue colocado nas portas afasta os malefícios do Exterminador, cuja menção é conservada na tradição Javista (Ex 12,23) e continua na tradição Sacerdotal (Gn 19,13). É uma festa que marca a passagem da primavera, comum aos nômades, revestida de novo sentido em Israel. A primavera como renovação da vida da natureza se associa ao dom que se oferece pelo rebanho, cuja vida e crescimento são reconhecidos como ação de Deus. Todos os elementos dessa Festa da Páscoa situam-se no meio dos nômades antes do Êxodo.

A tradição Sacerdotal (P) no texto de Ez 45,21 marca a época da Páscoa: no dia 14 do primeiro mês, ou na lua cheia desse mês primaveril, anunciando vida nova, renovação, sob os auspícios do astro da noite, pleno, cheio, não tendo mais onde crescer.

Os ázimos são pães sem fermento. A Festa dos Ázimos marca o início da colheita quando os primeiros ramos de cevada são colhidos.

A partir do momento em que se começam a colher as espigas (Dt 16,9) contam-se sete semanas (49 dias) para a colheita final, ou Festa das Semanas, quando tem lugar o momento especial desta Festa. Durante os sete primeiros dias desta festa come-se o pão sem levedo, para que nada das antigas colheitas seja usado, visando um total recomeçar – *vida nova*.

A festa dos Ázimos tem o sentido de ofertar a Javé as primícias da plantação colhida, os primeiros cereais germinados (Lv 23,9-14). A oferenda continuará na Festa das Semanas, ou seja, no final da colheita do trigo quando é celebrada. Isto acontece no final da sétima semana ou no dia seguinte ao quadragésimo nono dia das sete semanas. As duas festas, a de Páscoa/Ázimos e a das Semanas, enquadram o tempo da colheita. São pois festas agrícolas, celebradas uma após a outra; reconhecem no plantio e no seu fruto uma ação de Deus como revelação do seu amor pelo homem, como mais tarde cantará o salmista em ação de graças:

"Coroas o ano com tua bondade
e tuas trilhas gotejam vida.
As montanhas gotejam fartura.
As pastagens cobrem o deserto.
As colinas se revestem de verdura.
Os Campos cobrem-se de rebanhos.
Os vales revestem-se de espigas.
Todos gritam de alegria e cantam!"

1.1.2. A Festa das Semanas

É a segunda grande Festa anual de Israel (Ex 23,16); a festa do fim da colheita, sobretudo do trigo e da uva (Ex 34,22).

O Deuteronômio a chama Festa das Semanas (*hag sabu'ôt*), e precisa-lhe a data (Dt 16,9-10). A festa é celebrada sete semanas após o corte das primeiras espigas, ou

seja, 49 dias após a festa dos Ázimos. O livro dos Números identifica a "Festa das Semanas" com a "Festa das Primícias" (*bikkûrîm*: Nm 28,26).

É uma festa de grande alegria como diz Is 9,2:

> *"Multiplicaste o povo, deste-lhe grande alegria,*
> *eles se alegram na tua presença*
> *como se alegram os ceifadores na ceifa".*

Em Levítico encontramos o desenvolvimento de seu ritual: a partir da manhã do Sábado (o sétimo dia da semana), quando foram apresentados os primeiros ramos de cevada colhidos, contam-se sete semanas completas até a manhã do sétimo sábado, isto é, o qüinquagésimo dia, momento em que se termina de colher o trigo e a uva. Daí lhe advém o nome de *Festa de Pentecostes* – ou seja, cinqüenta dias após o início da colheita – que celebra o término da colheita[11]. Neste dia é oferecido a Javé o sacrifício das primícias em ação de graças pelo fruto da terra, o que sublinha o caráter agrícola da festa.

Mais tarde, utilizando Ex 19,1, segundo o qual Israel chega ao Sinai no terceiro mês após a saída do Egito, no primeiro mês do ano, fez-se da Festa das Semanas a comemoração da Aliança no Sinai[12].

A Festa das Semanas mereceu essas linhas explicativas para ressaltar a importância do cultivo da terra por Israel; seu aspecto religioso tão acentuado vem de seu significado para a vida do povo em todos os setores de sua existência: social, político, econômico, os quais constituem a esfera da subsistência ligada à ação de Deus através do solo, seu cultivo e seus frutos.

1.1.3. A Festa das Tendas ou dos Tabernáculos

A terceira grande festa anual do campo é chamada Festa das Tendas ou dos Tabernáculos. "Tabernáculos" é a transcrição do termo latino empregado na Vulgata. "Tendas", em hebraico *sukkôt*, é a tradução francesa do termo latino; para o português talvez "cabana" seria mais propício. É a mais importante e a mais freqüentada nas peregrinações anuais ao santuário. Chamam-na a "Festa de Javé"[13], ou simplesmente "a Festa" como em 1Rs 8,2.65. Em Jz 21,19 se registra que a cada ano se celebrava a Festa de Javé em Silo, enquanto 1Sm 1,3 transmite a tradição da peregrinação anual do pai de Samuel ao Santuário, e Zc 14,16 anuncia que todas as nações subirão a Jerusalém cada ano para adorar Javé na Festa das Tendas.

Os textos antigos descrevem esta festa como agrícola, sendo a mesma Festa das Semanas quando são colhidos os frutos do campo e se armazenam a cevada e

11. Cf. 2Mc 12,31-32; Tb 2,1.

12. Cf. 2Cr 25,16.

13. Lv 23,19; cf. Nm 29,12.

o trigo, enquanto a azeitona e a uva são levadas para o lagar, a fim de transformá-las em vinho e azeite[14].

Neste momento em que os frutos representavam a saciedade, garantia da vida presa às dádivas da terra, afastando o fantasma da fome e da morte, o povo subia em peregrinação a Jerusalém, aí ficava sete dias em tendas (*sukkôt*), cheias de belos frutos e ramos, com cantos de alegria para agradecer a Deus. Todos cantavam e dançavam no átrio do Templo, empunhando tochas ardentes. Era uma festa popular da qual, por todas as gerações, se dizia:

> *"Quem não viu a alegria dessa festa à noite, jamais conheceu o que é alegria"*[15].

A época da Festa era o outono, tempo da colheita, mas os dias exatos dependiam da maturidade dos frutos que variava segundo as condições climatéricas de cada lugar, pois a alegria estava presa ao parto da mãe terra. Muitas celebrações foram marcadas para esse dia, como a dedicação do templo de Salomão (1Rs 8,2), a inauguração do templo de Betel por Jeroboão II (1Rs 12,32). Dt 31,9-13 liga a leitura da Lei à Festa das Tendas, o que lhe dá o caráter de renovação da Aliança, celebrada primeiramente em Siquém (Js 23). Desde então as grandes solenidades que celebravam a ação de Javé no meio do povo eram ligadas a esta Festa, o que leva Is 33,20 a dizer:

> *"Sião, cidade de nossas festas, é uma tenda que não se desloca jamais".*

Contudo, o caráter primeiro da Festa das Tendas permanece: na abundância da colheita dos frutos da terra Israel reconhece o amor de Javé pelo seu povo, que canta em ação de graças:

> *"Visitas a terra e a regas, cumulando-a de riquezas;*
> *inundando-a de água, tu preparas seu trigal.*
> *Preparas a terra inundando seus sulcos, aplainando seus torrões,*
> *amolecendo-a com o nevoeiro e abençoando-lhe os brotos"* (Sl 65,10s).

1.2. As Festas e o Sábado

Podemos observar que as três grandes festas agrícolas descritas estão presas ao sétimo dia, o sábado, e às sete semanas, ou 49 dias. Essa realidade se prende ao fato de a divisão do tempo ter sido estruturada em função da semana, e ao fato de que o sétimo dia da semana tem aspecto religioso. Portanto, para entender os outros dois aspectos anunciados – o Ano Sabático e o Ano Jubilar – é preciso conhecer o que significa o Sábado.

14. Ex 23,16; Dt 16,13.

15. Cf. Lv 23,33-34; Nm 29,12.34.35-38; Dt 16; Ne 8,14.

1.2.1. Antigüidade do Sábado e seu valor religioso

O termo é empregado em língua religiosa apenas para designar o sétimo dia da semana, o dia do descanso (Lv 23,1). Regula a maior festa de Israel, a Festa das Semanas, o Ano Sabático e o Ano do Jubileu (Lv 25,2.8.34.35.43). Sua origem se perde num emaranhado de opiniões, dando-lhe nacionalidades diversas como: babilônica, cananéia ou quenita. Qualquer que seja a sua origem, em Israel ele tomou um valor religioso original e se tornou uma instituição social. Valor religioso no sentido de que Israel compreendeu que devia dar a Javé uma parcela do tempo como se fora um "dízimo" semelhante a outras oferendas, reconhecendo-o como Senhor absoluto também do tempo e que portanto o tempo também devia ser santificado, realizando nele a vontade de Javé em relação à integridade do povo, à garantia de vida mediante a propriedade da terra. A singularidade de Israel se prende ao fato de que ele faz do sábado um dia santificado pela relação com o Deus da Aliança enquanto para os outros povos era um dia nefasto cheio de tabus. Eis por que o sábado aparece como cláusula dos diferentes pactos da Aliança: no Decálogo, pacto primitivo do Sinai; no pacto da federação das tribos (Ex 23,12; Ex 24,21); na Lei de Santidade (Lv 19,3.30); no código Sacerdotal (Ex 31,12-17); na tradição deuteronômica (Dt 5,14-15), onde o aspecto humano e social é destacado e ligado à história da salvação através de sua observância mesmo no Egito e onde as grandes obras de Deus foram dadas a Israel (Dt 5,15): a condução à terra prometida (Dt 6,23), a terra onde encontrou o repouso (Dt 12,9). O repouso do sábado se torna memória dessa façanha divina em favor do seu povo, um dia sagrado. Porque é sagrado e um sinal da Aliança, sua observância é penhor de salvação, como diz o profeta Isaías:

> *"Se te abstiveres de violar o sábado, de cuidar dos teus negócios,*
> *chamando o sábado deleitoso e venerável ao dia santo de Javé, ...*
> *eu te farei levar em triunfo sobre as alturas da terra"* (Is 58,13.14).

De origem sábia, de caráter humano, o sábado na evolução de sua compreensão e prática se tornou um fardo insuportável ao homem substituindo-o na importância e primazia, o que será objeto de correção da parte de Jesus; dizendo que o Filho do Homem é Senhor do sábado ele extermina o sábado da Antiga Aliança e se coloca em seu lugar. Contudo convém lembrar que não há continuidade entre o sábado judeu e o domingo cristão. Um fechava a semana com o preceito do descanso; o outro (domingo) abre a semana do tempo novo pela ressurreição de Jesus e suas aparições, na espera do retorno e numa dinâmica nova que empurra o cristão para a missão no mundo.

O Domingo significa o cumprimento das promessas das quais o sábado é figura. Como todas as promessas do Antigo Testamento, aqui elas se realizam não por uma instituição mas na pessoa do Cristo, em quem se cumpriu toda a Lei. O domingo é o dia do Senhor, daquele que alivia o fardo (Mt 11,28), por quem, em quem e com quem entramos no próprio repouso de Deus (Hb 4,1-11).

2. O Ano Sabático

2.1. A instituição

O Levítico prescreve as normas para o Ano Sabático:

> *"Javé falou a Moisés no monte Sinai; disse-lhe:*
> *Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando entrardes na terra que eu vos dou, a terra guardará um sábado para Javé. Durante seis anos semearás o teu campo; durante seis anos podarás a tua vinha e recolherás os produtos dela. Mas no sétimo ano a terra terá seu repouso sabático, um sábado para Javé: não semearás o teu campo e não podarás a tua vinha, não ceifarás as tuas espigas, que não serão reunidas em feixes, e não vindimarás as tuas uvas das vinhas, que não serão podadas. Será para a terra um ano de repouso. O próprio sábado da terra vos nutrirá, a ti, a teu servo e à tua serva, ao teu empregado, ao teu hóspede, enfim a todos aqueles que residem contigo. Também ao teu gado e aos animais da tua terra, todos os seus produtos servirão de alimento"* (25,1-7).

Esta lei é assim marcada por um repouso da terra (Ex 23,10-11) e afirma o domínio absoluto de Deus sobre ela; o próprio solo observará o repouso do sábado a cada sete anos, o que o homem fará a cada sete dias (Ex 20,8). O Código da Aliança prescreve também neste sétimo ano a libertação dos escravos, a menos que o próprio escravo deseja permanecer nesta condição (Ex 21,1-6).

Mais tarde Dt 15,1-18 prescreverá o Ano Sabático como um Ano de Remissão, abrangendo:

– v. 1-6: libertação da penhora pessoal, situação de alguém que se torna escravo em garantia de uma dívida (v. 12-18; Ex 24,1-6): o escravo é liberto e a dívida é perdoada;

– v. 7-11: mostram que a remissão é geral e acontece em datas fixas; ninguém pode negar-se a emprestar ao irmão em função da distância do sétimo ano, o Ano Sabático.

Dt 31,10-11 confirma a periodização sabática da Lei a cada sete anos, ano fixado para o perdão. Entretanto não se encontrou nenhum paralelo à remissão sabática.

Na Bíblia a instituição do Ano Sabático é atestada apenas nos textos legislativos. É pouco provável que a referência feita por Is 37,30 e 2Rs 19,29 se refira ao Ano Sabático, malgrado as analogias com Lv 25,21-22. A libertação dos escravos sob Sedecias (séc. VI aC) é uma medida excepcional. A propósito dela Jr 34,14 cita Dt 15,12-13, falando de como enviar o escravo alforriado, mas lamenta que a lei não é observada. Segundo a tradição de Lv 26,35.36.43[16] a Terra Santa não pôde "cumprir seus sábados" senão quando os judeus foram deportados.

Após o Exílio, Neemias faz o povo prometer abandonar os produtos do campo e perdoar o penhor pessoal no sétimo ano, o que se refere certamente às prescrições do ano sabático (Ne 10,32).

16. Cf. 2Cr 36,21.

Se Neemias não faz alusão à remissão das dívidas, isso não significa que a Lei fosse desconhecida, nem mesmo que fosse conhecida mas não observada, pois a crise social exigia uma solução imediata (v. 11), independentemente do ciclo sabático.

Somente na época helenística encontra-se um testemunho claro de que a lei era aplicada ao menos no que concerne às terras deixadas sem cultivo: em 163-162 aC faltam provisões aos judeus "porque era um ano sabático para a terra" (1Mc 6,49-53).

Outras informações históricas dadas por Josefo permitem, se são seguras, seguir essa observância até o começo do reino de Herodes o grande.

Quanto ao reino de Herodes temos outro testemunho de que a Lei existia e que era um estorvo para os juristas. Para salvar a situação, o Rabino Hillel a mudou para *prosbol*, ou seja, uma cláusula nos contratos pela qual o devedor renunciava à vantagem que lhe dava o ano sabático. Um reconhecimento de dívida que contém tal cláusula foi encontrado em Murabba'ât.

Quanto ao repouso da terra é significativo que os contratos de arrendo que vêm do mesmo lugar arqueológico são concluídos até o próximo ano sabático. São datados de fevereiro de 133 dC e narram o começo de um ano sabático, momento em que se renovavam as contas de aluguel das terras.

O ano sabático é, pois, uma instituição antiga, mas é difícil dizer como Israel a ela foi fiel. Os testemunhos positivos são raros e tardios e datam de períodos de fervor nacional religioso.

2.2. Situação histórica: confronto da economia com as convicções de fé

O espírito de santidade do tempo, aliado ao bem-estar da casa de Israel, à situação sócio-econômica que oprimia o povo, às convicções de fé que alimentava, levava Israel a refletir.

De um lado se punha o compromisso da Aliança que pela Lei mosaica exigia partilha, ausência de pobres no meio do povo, solidariedade e comunhão.

De outro lado, a alienação dos bens de família, a evolução da lei econômica dos empréstimos, sobrecarregando os juros, os impostos cada vez mais altos[17], a penhora de bens com a perda da propriedade, com a penhora das pessoas e conseqüente escravidão, as requisições reais, que constituíam a regra da monarquia, tiveram por conseqüências o crescimento do pauperismo, a marginalização, a escravidão dos devedores falidos ou de seus responsáveis. No reverso desse quadro encontram-se a corte, seus oficiais e protegidos em situação privilegiada. É o império da injustiça, a profanação da Lei da Aliança que dirigia o país.

17. 2Cr 17,5; 1Sm 8,15.17; Am 7,1; Ne 10,33-40.

Assim estava destruída a igualdade social que existia no tempo da federação das tribos, que restou apenas como lembrança de um ideal; estava quebrada a Aliança inúmeras vezes jurada pelo povo (1Sm 8,7).

Nesta tensão e no desprezo da Lei do Ano Sabático urgia encontrar uma solução para garantir aos pobres de Israel o sustento da vida e a soberania da pessoa. Surge então o Ano do Jubileu.

3. O Ano do Jubileu

3.1. Origem do nome

Jubileu em hebraico se diz *šenat hayyobel* que a Vulgata, Bíblia latina traduzida por Jerônimo, chama de "Jubileu".

Israel comemorava o começo de cada 50 anos com o som de um instrumento de sopro chamado *yobel*. O *yobel* ou "jubileu" era portanto o instrumento que servia para anunciar o ano qüinquagésimo, que passou a se chamar "Ano Jubilar", ou seja, o ano anunciado solenemente com o som do *yobel*, mais tarde chamado de *sofar*.

Esse instrumento de sopro, feito de chifre de carneiro, à semelhança do nosso berrante de chifre de boi, ressoou no Antigo Testamento apenas em dois momentos memoráveis:

a) Em volta do Sinai, monte Santo onde Moisés recebeu as tábuas da Lei, para convocar o povo a se aproximar para o encontro com Javé:

> *"Quando soar o yobel (o chifre do carneiro) todos subirão à montanha* (Ex 19,13).

b) Em volta da cidade de Jericó, porta de entrada para a terra de Canaã, para fazer cair os muros que cercavam a cidade, a fim de que o povo pudesse tomar posse da terra prometida por Deus e fortemente esperada pelo clã de Abraão (Js 6,5):

> *"Quando tocarem com fragor o 'yobel' (o chifre de carneiro),*
> *assim que ouvirdes o som, todo o povo prorromperá em forte grito de vitória*
> *e as muralhas da cidade cairão e o povo subirá, cada um no lugar à sua frente.*

Esse grito é um grito de guerra e uma aclamação de fé, abandono e confiança em Deus de quem esperavam auxílio e proteção.

Excetuando-se esses dois textos o *yobel* não é mais mencionado no Antigo Testamento, a não ser para anunciar o Ano Jubilar: "*No sétimo mês, no décimo dia do mês, farás vibrar o toque do 'yobel'; no dia das Expiações fareis soar o 'yobel' em todo o país. Declarareis santo o qüinquagésimo ano e proclamareis a libertação de todos os moradores da terra. Será para vós um 'jubileu': cada um de vós retornará a seu patrimônio e cada um de vós, livre, voltará a seu clã. O qüinquagésimo ano será*

para vós um 'ano jubilar': não semeareis, nem ceifareis as espigas... O Ano do Jubileu será para vós coisa santa" (Lv 25,9-12).

Teodocião e a Vulgata contentam-se em repetir o nome hebraico: *yobel,* e mais tarde *sofar,* corno.

A Septuaginta (LXX), tradução da Bíblia para o grego, traduz por trombeta, conforme é empregado em Ex 19,13, seguida pelas outras traduções gregas de Áquila e Símaco; muitas outras versões têm tradução análoga, como as nossas versões em português.

Flávio Josefo[18] diz que a palavra tem o significado de "liberdade". Essa tradução toma *yobel* no sentido relacionado ao efeito produzido pelo Ano do Jubileu. Mas essa etimologia é difícil de ser sustentada porque o *hifil* de *ybl* quer dizer "conduzir", "apresentar". Muitas outras explicações são dadas, mas nenhuma delas satisfaz.

Os Talmudistas traduziram *yobel* por ovelha segundo o sentido da palavra árabe. Em Js 6,5 a expressão *qeren hayyobel* quer dizer "chifres do cordeiro".

Estamos diante de um termo muito antigo cujo uso cessa após Josué.

Numa seqüência de sentidos pode-se recapitular: *yobel,* substantivo que significa cordeiro, torna-se sucessivamente:

– chifre do animal transformado em instrumento de sopro;

– som produzido pelo chifre instrumental soprado;

– solenidade da qual esse som é sinal[19].

Daí vem o nome de *šenat hayyobel*, "Ano do Jubileu"; ou simplesmente o *yobel*, o "Jubileu" (Lv 25,10).

Ao *yobel*, Jubileu, se ligou uma idéia feliz, por causa da transformação social causada pelo Ano Jubilar.

Jerônimo interpretava o Jubileu como um grito de alegria que soltam os homens do campo e os pobres por causa da libertação que o ano de graça lhes traz.

3.2. Determinação da época

1. O Lv 25,8-10 prescreve a Lei: "*Contarás sete semanas de anos, sete vezes sete anos, isto é, o tempo de sete semanas de anos, quarenta e nove anos. No sétimo mês, no décimo dia do mês, farás vibrar o toque do 'yobel'; no dia das Expiações fareis soar o 'yobel' em todo país. Declarareis santo o qüinquagésimo ano e proclamareis a libertação de todos os moradores da terra. Será para vós um jubileu: cada um de vós retornará a seu patrimônio, e cada um de vós voltará ao seu clã. O qüinquagésimo ano será para vós um ano jubilar".*

18. Cf. *Ant. Jud.* III, XII,3.

19. Cf. *Dictionnaire de la Bible,* II/1, col. 1011.

Alguns pensam que o ano jubilar era o ano sabático da sétima semana de anos, isto é, o quadragésimo nono ano. Segundo outros, passadas as quarenta e nove semanas de anos, o ano do jubileu seria o ano seguinte, ou seja, o qüinquagésimo. Pois, se o ano do jubileu é o quadragésimo nono ano, que é um ano sabático, não haveria motivo para proibir especialmente a cultura e a colheita, pois que o ano sabático continha já esta proibição.

Flávio Josefo diz que o jubileu era o qüinquagésimo ano[20], no que é seguido pelos demais autores.

2. Objetou-se que nesta datação passavam-se dois anos consecutivos sem semeadura e sem colheita: o ano sabático no quadragésimo nono ano e o ano do jubileu no qüinquagésimo ano; contudo este repouso prolongado da terra não tinha inconveniências sérias num país fértil como a Palestina e ante a possibilidade de armazenamento dos produtos, previsto com antecedência para que nada faltasse nos anos de repouso. Lembrava-se também, como diz Lv 25,21, que o Senhor prometera abençoar esse sexto ano com abundantes colheitas que seriam suficientes para o ano de descanso. Em nenhum livro se registraram lamentações de Israel a esse respeito.

3. A previsão judaica fazia o ano do jubileu cair a cada sete ciclos sabáticos. Ele sempre era precedido pelo ano quadragésimo nono; era o ano seguinte, ou seja, o qüinquagésimo ano.

Os rabinos deixaram de contar o ano do jubileu a partir da destruição do templo de Salomão. Ezequiel 23,27 dá a entender que ao menos no tempo do exílio assim era.

4. Era anunciado pelo soar do *yobel* ou *sofar*; esse dia era a Festa da Expiação (Lv 23,27). O israelita devia estar bem com seu Deus antes de acertar sua situação com o próximo. O soar do *yobel* era como uma memória diante de Deus (Nm 10,10).

3.3. Os efeitos

Na Lei de Santidade (Lv 25,10) era prescrito santificar o 50º ano. Essa santificação era semelhante à do sábado, segundo o Decálogo da Aliança em Ex 20,8-12. Não compreendia obras religiosas, mas apenas abstenção das ações agrícolas. Esta medida permitia controlar os produtos naturais do campo e fortificar a própria terra, concedendo-lhe o descanso necessário para refazer-se. Nesse aspecto o Ano do Jubileu parecia com o Ano Sabático que acontecia a cada sete anos. Em ambos, com esse ritmo e observância do repouso do solo, Israel testemunhava sua confiança em Javé, o Deus-providência e Senhor da Terra (Lv 25,1-7.8-11). Ambos prescreviam o retorno à sua propriedade entregue aos credores; os escravos reconquistavam sua liberdade de cidadão perdida em pagamento de dívidas; retornavam à sua família se por qualquer razão se tornaram escravo.

20. Cf. *Ant. Jud.* III, 13,3.

A Lei previa o retorno de propriedades e pessoas ao estado primitivo, de modo que nem a indigência absoluta nem a escravidão fossem estado definitivo de uma família ou de um indivíduo. Parece que todas essas precauções pesavam muito sobre proprietários que haviam somado aos seus bens bens de outros e que não queriam abrir mão dos bens acumulados, então protelaram-se os ajustes do Ano Sabático que acontecia a cada sete anos, para o Ano do Jubileu, a cada cinqüenta anos. Mesmo assim continuava endurecido o coração dos ricos poderosos, merecedores da censura do profeta que se dirigia a esses insaciáveis dos bens da terra, do poder e do desprezo com que eles envolviam os necessitados: "*Ai daquele que acumula o que não é seu, e se carrega de penhores! Ai daquele que ajunta ganhos injustos para a sua casa, para colocar bem alto o seu ninho! Ai daquele que constrói uma cidade com sangue e funda uma capital na injustiça!*"[21]

3.4. A prática

Lv 27,16 e Nm 36,4 mostram que desde as origens Israel se preocupava com o Ano do Jubileu e com as conseqüências que trazia. Outras passagens fazem alusão à parte da Lei que concerne ao resgate das propriedades das famílias[22].

Ezequiel 46,17 chama o ano jubilar de "Ano da liberdade", fazendo alusão à alforria de um escravo presenteado ao príncipe.

Isaías 61,1.2 fala do ano de graça e liberdade dada aos cativos como símbolo da redenção messiânica, texto apropriado por Jesus anunciando o ano de graça que inaugura para os homens.

Tem-se notícia de que a Lei não foi sempre observada: Acab tomou a vinha de Nabot que fazia parte de um patrimônio de família inalienável (1Rs 21,2-16). Os Profetas acusam os que despojam o próximo por motivos diversos sem consideração alguma com suas necessidades (Is 5,8; Mq 2,2-4).

Isaías 25,8 parece sonhar com o Ano do Jubileu quando prediz num combate vitorioso:

> *"O Senhor Javé enxugou as lágrimas de todos os rostos;*
> *ele há de remover de toda a terra o opróbrio do seu povo, porque Javé o disse".*

Jeremias 34,14 cita Dt 15,12-13 que fala sobre como enviar o escravo alforriado, mas lamenta que a lei jamais foi observada.

Segundo a tradição de Lv 26,35-36.43 a Terra Santa não pôde "cumprir seus sábados" senão quando Israel foi deportado.

Após o exílio Neemias faz o povo prometer abandonar os produtos do campo e perdoar o penhor pessoal no ano sabático (Ne 10,32).

21. Hab 2,6c.9a.12a.

22. Rt 4,1-8; Jr 32,7-37; Ez 7,12; 46,16.

Se Neemias 5,1-13[23] não faz alusão à remissão, isso não significa que a Lei fosse desconhecida, nem mesmo que fosse conhecida mas não observada, pois a crise social exigia uma solução imediata. A terra não podia ser vendida com a perda de todos os direitos porque pertence a Deus. Os israelitas não podiam ser postos em escravidão perpétua porque são servos de Deus que os tirou do Egito. E a observação prática dessa lei parece enfrentar grandes obstáculos. Todas as medidas opressoras do povo acima citadas constituíam a situação da época da monarquia, numa sociedade de desigualdade social. Portanto, pode-se dizer que não há indícios de que essa lei do Jubileu fosse aplicada.

3.5. O ideal do Ano do Jubileu

A Lei do Jubileu aparece propondo um ideal de justiça e igualdade social, de respeito ecológico que jamais foi realizado. Foi um esforço tardio e ineficaz para tornar a Lei sabática mais empenhativa, estendendo-a aos bens agrícolas originais, mas também mais facilmente observável, espaçando os anos de remissão. Mas inspirada em noções antigas, inserida em um quadro de calendário arcaico ainda válido na prática rural e domínio religioso, não teve a validade esperada.

Certamente foi uma Lei utópica que permaneceu letra morta. Uma tentativa oposicionista contra uma situação armada pela monarquia, ditada pelas convicções de fé de um povo que reclamava condições de sobrevivência e justiça e soberania pessoal.

Pode-se dizer que o Ano Jubilar ou Ano do Jubileu ou simplesmente Jubileu foi um ideal de igualdade e uma garantia de cidadania. Mais que isso. O Jubileu, como ideal de uma sociedade onde imperam o bem-estar e a paz como frutos de justiça, seria um símbolo do desejo ardente pelo Reino Messiânico, com espaço para a remissão das dívidas, para a restituição dos bens alienados, para a liberdade dos oprimidos, a igualdade de direitos, acesso à terra como fonte de sobrevivência. Essa situação tinha por fim assegurar a estabilidade da sociedade fundada sobre a família e a economia familiar. Foi um esforço que não teve resultado, mas que não deixou de ser um exemplo para a humanidade.

Os dois momentos significativos do toque do *yobel* no Antigo Testamento – no Sinai convocando o povo para se aproximar de Deus; em Jericó, convocando o povo para a tomada de posse da terra prometida – obedecem a uma estratégia que o caracteriza como "anúncio" de um ideal de igualdade e fraternidade, garantias de cidadania. Jerônimo interpretou, como vimos, o yobel como um grito de alegria do pobre e do homem do campo pela libertação que lhes trazia.

O jubileu, portanto, é uma Lei que ditava mudanças sócio-econômicas e político-religiosas a cada cinqüenta anos, tendo por objetivo a reabilitação do homem na sua honra, na sua dignidade de cidadão, na posse dos meios de sua auto-sustentação e liberdade.

Maria Laura Gorgulho
Rua Marquês de Abrantes, 177/98
22230-061 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: 552-2649

23. Cf. Jr 34,8-22.